



Artur Condé
Presidente do Colégio
de Especialidade de ORL
da Ordem dos Médicos

Página do Colégio da Especialidade de ORL da Ordem dos Médicos

Colégio da especialidade e seu papel na dinamização do internato

Para vosso conhecimento....

A Direcção do Colégio, confrontada em Julho passado, com a informação de primeira página, sobre eventuais actos de corrupção atribuídos a médicos Otorrinolaringologistas, entendeu dirigir uma carta ao Sr. Bastonário, expondo-lhe a sua posição sobre o conteúdo e a forma dessa notícia.

Estatutariamente, sendo as Direcções dos Colégios de Especialidade, Órgãos Consultivos da Ordem dos Médicos, não lhes é permitido tornar publica qualquer opinião, sem que essa seja em primeiro lugar dirigida ao CNE.

No entanto, e pela gravidade desta situação, entendemos dever levar ao conhecimento dos médicos que constituem o Colégio de Otorrinolaringologia, a posição que tomamos sobre as notícias que na primeira página de alguns jornais, quiseram denegrir primeiro, os médicos otorrinolaringologistas, e por arrasto conveniente, toda a Classe Médica Portuguesa.

Como Órgão representativo da nossa Classe, não podíamos deixar passar em claro esta nova investida. Cabe-nos como cidadãos e também como médicos, zelar por valores de Justiça e de Direito que são incompatíveis, com acções desta natureza, onde a acusação é lançada e o pior dos julgamentos, que é, o que cada uma faz no seu íntimo, está imediatamente realizado. Assim, e infelizmente, este nosso País, não é um Estado de Direito.

Enfim...

Exmo. Senhor

Prof. Dr. José Manuel Silva

Digmo. Bastonário da Ordem dos Médicos

No passado dia 12 de Julho, fomos confrontados com mais uma notícia de primeira página que visou atingir a reputação da nossa Classe, e nesse caso particular, a dos médicos Otorrinolaringologistas Portugueses.

A coincidência temporal dessa notícia, com a greve médica dos dias 8 e 9 de Julho, deixa-nos a pensar...

Coincidência ou propósito planeado?

Quando estas “coincidências” se repetem, já começam a não nos surpreender, quanto ao seu objectivo.

É com certeza, mais uma acção, onde se pretende atingir

a honorabilidade de uma Classe, lançando para o público uma nova notícia sobre corrupção. A tão actual corrupção, que de um momento para o outro, se tornou tema e razão da acção política, que invariavelmente, segue a reboque da comunicação social.

Estas purgas de má consciência, que a política através dos seus canais, tem por vezes necessidade de realizar, atingindo quem é necessário descredibilizar, muitas vezes em situações pouco relevantes, só reflete a perversidade e o estado de desnorte da acção política perante, esses sim, os graves atropelos à Lei, à Honra e à Dignidade, que vamos tendo conhecimento através de investigações descomprometidas, e que procedem exactamente de quem deveria pautar a sua acção, pela mais ímporta conduta.

O leitor, cada vez mais atordoado e desinformado e pela constante avalanche de notícias desta natureza, absorve a informação pela rama, faz o seu juízo com um sentimento de profunda impotência, e passa á frente, com o comentário de desdém que se adivinha.

O objetivo final deste processo, foi assim estrategicamente cumprido.

Informou, condicionou e agrediu quem leu a notícia.

Infelizmente nestes nossos dias, a notícia é muito mais que um elemento de informação, torna-se frequentemente um instrumento de agressão, cuja contundência é doseada conforme o objectivo pretendido.

A Direcção do Colégio de Otorrinolaringologia, em representação de todos os médicos Otorrinolaringologistas Portugueses, entendeu dirigir-se a Vexa, em primeiro lugar, para lhe agradecer as palavras que proferiu, quando instado a comentar a “notícia” sobre uma investigação, que acusava 80 médicos Otorrinolaringologistas, de praticas ilícitas de corrupção.

Como princípio, e tal como Vexa, entendemos que qualquer individuo cujo procedimento seja suspeito de infracção à lei, deve ser objecto de procedimento judicial, para que a verdade se apure, a responsabilidade se atribua, e a punição se exerça. Este princípio, em defesa do Homem e da Civilização deste século, não deverá nunca ser subvertido, pois não devemos

recuar ao tempo, onde se julgava antes de acusar, e se condenava antes de julgar. No entanto, e principalmente com a Classe Médica, certos órgãos de comunicação social, na avidez do sensacionalismo indispensável ao negócio, não se coíbem de, qual pelourinho dos tempos modernos, exporem à condenação pública o acusado, que fica assim pública e sumariamente condenado, sem ter a possibilidade de exercer a sua defesa dessa acusação.

O caso a que se refere a notícia do dia 12 de Julho, tem a ver com a prescrição de próteses auditivas, e o patrocínio à frequência de Congressos, que algumas empresas representantes comerciais destes equipamentos, concederam aos médicos Otorrinolaringologistas. À semelhança doutras entidades, estas empresas, também colaboram na formação médica ao patrocinarem os custos inerentes à frequência dessas reuniões científicas. Sem a sua ajuda, esses custos, muito dificilmente poderiam ser suportados, tendo em conta, os avultados valores de inscrição cobrados pelas entidades organizadoras, face ao nível do vencimento médico actual.

A prescrição destes aparelhos, sendo um acto que carece de uma prévia avaliação clínica da insuficiência auditiva dos pacientes, deve ser realizada com total liberdade por parte do médico prescriptor. Em nosso entender, o clínico no exercício da sua actividade, deve por imperativo ético, não só aconselhar o doente a escolher o aparelho mais adequado à sua patologia, mas também, a ou as empresas, que lhe poderão proporcionar as melhores condições técnicas de acompanhamento, no processo futuro de adaptação protésica, que é obrigatório após a adaptação inicial.

É de todos conhecido, o “marketing” furioso que hoje se desenvolve nesta área, sem que quem de direito, e com responsabilidades na regulação da saúde, se pronuncie em defesa dos doentes. São então os médicos, que com conhecimento das insuficiências técnicas de algumas dessas empresas, exercem essa função, aconselhando os seus pacientes, no exercício de um imperativo ético que devem estar obrigados a exercer.

Também sabemos que, no que respeita ao SNS, estes equipamentos, só são comparticipados pela ADSE, e numa

pequena percentagem, quando prescritos no âmbito da clínica privada. Todos os outros beneficiários do SNS, não têm qualquer comparticipação da tutela, na aquisição destes equipamentos. As próteses auditivas fornecidas pelos Hospitais como ajudas técnicas, são adquiridas após concurso público realizado pelas diversas administrações hospitalares. Em face deste cenário, parece-nos não existir neste processo, diferença relevante com o procedimento que todos os médicos têm, quando prescrevem este ou aquele medicamento, deste ou daquele laboratório, que entendem mais adequado ao tratamento do seu paciente, e que pela sua experiencia mais garantias dê de eficácia terapêutica. Ainda assim, e ao invés desta prescrição protésica, a prescrição medicamentosa, tem, essa sim, um óbvio custo para o erário público, face à universalidade da coparticipação do Estado no custo dos medicamentos.

Sendo assim, reiteramos inequivocamente o princípio de que qualquer acto ilícito apurado e confirmado judicialmente em todo este processo, seja punido conforme determina a lei que nos rege, devendo o prevaricador ser obrigado ao ressarcimento social das suas acções, e também, para que a justiça se cumpra plenamente, a comunicação social obrigada a reparar o dano, que com essa notícia, causou ao bom nome e honorabilidade colectiva dos médicos Otorrinolaringologistas Portugueses.

Creemos não haver motivos para todo este espalhafato, porque confiamos na conduta de todos os nossos colegas.

Reiterando em nome do Colégio de Otorrinolaringologia, os nossos sinceros agradecimentos pela atitude de Vexa, apresento os meus melhores cumprimentos subscrevendo-me com a mais elevada consideração e estima pessoal

Artur Condé

Presidente da Direcção do Colégio de Otorrinolaringologia

PS – Caso o Sr. Bastonário entenda pertinente, estaremos disponíveis para agendar uma reunião onde poderíamos esclarecer melhor esta situação, e pensarmos se em conjunto com o CNE, deveríamos tomar outra qualquer iniciativa